

ATA DA 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, REALIZADA NO DIA 04 DE MAIO DE 2022, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA CIDADE DE SÃO PAULO

MEMBROS TITULARES: Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Roseli Kraemer (RPR), Simone Kelly (RPR), Claumay Lima (RPR), Priscila Pereira Ramos (SEFRAS), Darcy da Costa (MNPR), Eliane Rosa (Paróquia Nossa Senhora Achiropita), Márcia Helena Matsushita (SME), Alderon Costa (Rede Rua), Humberto Gomes (SMSUB);

MEMBROS SUPLENTES: Luiza Trotta (SMDHC), José Franco (RPR), Verônica Brito (CDHLG), Cleiton Ferreira (É de Lei), Edvaldo Gonçalves (MNLDPSSR), Cleuber Gonçalves (SME), Fabiana Pires (SMS), Maria Lisabete Santiago (SMADS), Alexandre Cláudio (RPR), Inspetor Jonas (SMSU);

PARTICIPANTES: José Vicente de Oliveira (CDHLG), Hari Kraemer (MNLDPSSR), Ledilson Gomes Cardoso, Castor Guerra, Alessandro Magalhães (CAPS AD III Santana), João Wesley Araujo (CAPS AD III Santana), Danieli Souza de Oliveira (CAPS AD III Santana), Laísa Silva Maia (CAPS AD III Santana), Paulo César da Silva (CAPS AD III Santana), Maria Luisa Barbosa (SMS), Ana Paula Olaf, Bruna Iglesias (SMDHC), Débora Barbosa, Milena Santana (SMDHC), Wilherson Luiz (DPE), Renatinho Sena (CPRD - Coletivo População de Rua Digna), Dieja Divisão, José França, Sheila Marcolino, Gabriela Masteguin, Kelseny Pinheiro (Gabinete Érika Hilton), Jéssica Nascimento, Janaína Xavier, Gilda Patrícia, Luciano Marques, Fernando Batista, Márcia Gislene Barros (Clube de Mães do Brasil), Emerson Lima (Coletivo Coração de Rua/PCB ABC).

A reunião iniciou com a apresentação da nova secretária Soninha Francine, que pontuou que acompanhará as reuniões do conselho com maior frequência. Também pontuou que está realizando conversas para que seja pensada a questão da segurança alimentar e nutricional da população em situação de rua. O sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) sugeriu a expansão das cozinhas comunitárias também pelas periferias e a expansão do Bom Prato em parceria com o Estado, alegando que pessoas de fora da região do centro estão indo buscar alimentação nos locais de distribuição de marmitas. A sra. **Roseli Kraemer** (RPR) parabenizou a presença da secretária na reunião e solicitou um aumento na distribuição de cestas básicas. A sra. **Kelseny Pinheiro** sugeriu que seja passada à secretária a ata da reunião com o

COMUSAN e também recomendou o dossiê dos casos de fome, elaborado pelo mandato da vereadora Erika Hilton. Kelseny lembrou que a sra. Roseli vem falando sobre a importância da retomada do Projeto Rede Cozinha Cidadã na região de Santo Amaro. Como resposta, a sra. **Maria Luiza Burgareli** (SMDHC) pontuou que a coordenação receberá nas próximas semanas via e-mail sugestões relativas ao tema.

Seguindo com os informes, foi apresentado que:

- a) O Projeto Rede Cozinha Cidadã está distribuindo, diariamente, 3400 marmitas. 17 contratos encerram no dia 14/05, quando outros novos 17 restaurantes serão contratados de acordo com a lista de inscritos
- b) Foi realizada a cerimônia de posse dos conselheiros e conselheiras da nova gestão do Comitê População em situação de rua
- c) O equipamento itinerante da CPPSR está na região da Praça Marechal Deodoro por conta da alta demanda do território. O próximo local será na região de Santana. Foi sugerida a apresentação de um relatório sobre o equipamento englobando as demandas, os materiais, as atividades, etc. Sobre a efetivação de um conselho gestor, a assessora retomou o parecer negativo da AJ da SMDHC pela falta de previsão normativa que regulamente. A sra. **Kelseny Pinheiro**, e o sr. **Wilherson Luiz** pediram a apresentação do parecer contrário;
- d) Será elaborado um novo fluxo de monitoramento de denúncias enviadas pelo Comitê PopRua. Para tanto, serão feitas reuniões com a Ouvidoria de Direitos Humanos e com a SMADS para entender o fluxo de recebimento de denúncias do COMAS. O resultado desses diálogos será apresentado na próxima reunião.
- e) Foi apresentado um relatório de denúncias na Comissão Extraordinária de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. Neste documento, construído após visitas de alguns vereadores em centros de acolhida, reúnem-se relatos detalhados da situação de alguns equipamentos destinados à população em situação de rua.
- f) Serão feitas aulas de formação sobre a temática da população em situação de rua com a GCM/SP. O sr. **Cleiton** (É de Lei) pediu para que o tema “redução de danos” seja abordado com auxílio do É de Lei em próximas formações oferecidas;

- g) Em relação a “Operação Baixas Temperaturas”, informou-se sobre a publicação da Portaria 547/2022 com vigência do plano de 30 de abril de 2022 até 30 de setembro do mesmo ano. O Comitê de Baixas Temperaturas convidou 2 representantes do Comitê PopRua (1 representante de organização social e 1 representante da população em situação de rua) para compor esse espaço. O sr. **Darcy** e a sra. **Roseli** demonstraram interesse.
- h) O informe da SMADS foi dado pela sra. **Lisabete** (SMADS), ela comentou sobre o caso do SIAT III Brasilândia. Lisabete destacou que o SIAT é um equipamento gerido pela Secretaria Municipal da Saúde. A sra. Sheila Marcolino comentou que o mesmo caso foi encaminhado para atendimento jurídico do Centro Gaspar Garcia, e que é necessária uma reunião com a SMADS para discutir a situação. Em seguida, a sra. **Lisabete** (SMADS) comentou sobre a situação do CAE Art Palácio, diversas vezes denunciado, dizendo que este equipamento destinado à famílias em situação de rua, foi inaugurado em uma situação de emergência por conta da pandemia. Devido a situação estrutural do prédio, as famílias que lá estavam, foram transferidas para um novo hotel. Aliás, a SMADS já está contando com novas 395 vagas em hotéis da região - das mais de 1000 vagas credenciadas. Além disso, a modalidade de vagas em hotéis foi considerada positiva e continuará para além do período da pandemia.;
- i) A sra. **Fabiana Pires** (SMS), representando a Secretaria Municipal de Saúde, informou que as pessoas que estão no SIAT III Brasilândia não serão retiradas do equipamento. A sra. **Kelsen Pinheiro** pediu o registro em ata, pois a informação recebida pelos movimentos sociais relatava ameaças de expulsão e/ou mudança do lugar; a sra. **Fabiana Pires** (SMS) também informou sobre a situação da vacinação contra a Covid-19 na população em situação de rua. No momento, 22.093 pessoas receberam a primeira dose, 18.544 receberam a segunda dose, 7.485 receberam a dose única, 11.407 receberam a dose adicional. Os dados coletados pelo Consultório na Rua informam 52 óbitos por Covid-19, 4.474 exames realizados, 1.312 casos confirmados, 452.830 abordagens realizadas, 16.990 cadastrados feitos

e 300.048 atendimentos médicos e/ou atendimentos com outros profissionais de nível superior.

O sr. **Castor** questionou porque as reuniões não estão sendo realizadas na Câmara Municipal, protestou contra a falta de pessoas em situação de calçada no espaço de discussão do comitê e também reforçou sua demanda por moradia.

O sr. **Lucas Amaral**, representando a SMADS, fez um convite para a assembleia que ocorreria no Núcleo São Martinho no dia seguinte às 9h com a população em situação de rua e do secretário da SMADS, Sr. Carlos Bezerra. Lucas informou que as assembleias serão territorializadas, ou seja, cada região poderá levar diretamente suas demandas para o secretário e seu gabinete.

O sr. **Cleiton Ferreira** (É de Lei) pontuou que dois conviventes acompanhados pelo É de Lei foram violentados recentemente: um dos casos trata-se de uma mulher negra que foi queimada nas ruas, após ser impedida de ser acolhida por fazer uso abusivo de álcool e outras drogas; o outro caso trata-se de um homem que retornou para a situação de rua sem a medicação correta. Cleiton protestou contra as desocupações dos hotéis, que levam muitas pessoas à situação de rua na região central. Por fim, se posicionou favoravelmente à mudança do critério de acolhimento, para que não haja casos de abandono de pessoas com problemas de saúde ou uso abusivo de álcool e outras drogas. Citou também a importância de uma política estruturada de redução de danos.

A sra. **Verônica Brito** (CDHLG) transmitiu uma fala da sra. **Kelseny Pinheiro**, que, por não estar presencialmente na reunião, encaminhou um áudio. Em sua fala, Kelseny denunciou mais uma vez a questão do SIAT III, pontuando que os SIATs não são equipamentos apenas da saúde, mas também são de assistência e trabalho, reforçou que os moradores apresentaram uma carta com a denúncia, a mesma deduziu que talvez fosse um caso sobre desencontro de informações. Kelseny então questionou qual solução SMADS vai dar e se existem 27 vagas para essas pessoas que saíram do equipamento, exemplificando que a região da Brasilândia não tem Centro de Acolhida disponível e também questionou se as 30 famílias do CAE Art Palácio já foram transferidas para hotéis da própria região. Verônica pediu a retomada do Subcomitê Moradia e do Subcomitê Reencontro.

Ainda sobre o SIAT, a sra. **Ana Paula Olaf** disse que faz parte das abordagens do território do Glicério e que muitas vezes as pessoas são impedidas de entrar no

SIAT II Glicério porque os funcionários impedem a entrada de quem eles julgam ter feito uso abusivo de álcool e outras drogas. Citou um exemplo de um caso em que uma pessoa foi impedida de entrar no SIAT por tempo de restrição e acabou morrendo no território. Completou pedindo para que as restrições impostas pelo SIAT II tenham supervisão com urgência.

A excelentíssima sra. co-vereadora **Carolina Iara** pediu para que os espaços e equipamentos da SMADS sejam pauta e que sejam denunciados não apenas os problemas estruturais, mas também os problemas de gerência. Reforçou que o SIAT, por exemplo, não deve ser tratado apenas como um equipamento da saúde. E perguntou quando serão entregues os sacos de dormir, os casulos e quando começará a distribuição de sopas.

A sra. **Roseli Kraemer** disse que, embora as operações de baixas temperaturas começam com 13°C, é importante a ação de tendas precisa começar imediatamente porque já está frio. A conselheira também denunciou o recolhimento de barracas, citando o censo do IBGE. Pediu a entrega imediata de barracas, emergencialmente. Além disso, expôs que é necessário olhar para além da área central, abarcando a situação das pessoas que estão nas periferias.

Todos os conselheiros e todas as conselheiras que se elegeram e estavam presentes na reunião puderam se apresentar. A sra. **Roseli Kraemer**, a conselheira mais votada da cidade, destacou a necessidade do trabalho em rede. A sra. **Simone Kelly**, segunda mais votada, disse que vem da região da zona leste, na Mooca, e que quer fazer a diferença. O sr. **Franco** disse que trabalha na saúde e participa, com orgulho, pela primeira vez nesse espaço. A sra. **Claumay** destacou a importância da luta pela Autonomia em Foco, apresentou que quer chamar atenção do poder público para as pessoas em situação de calçada, ressaltando a importância do olhar para as mães solteiras.

A sra. **Priscila** se apresentou como assistente social, representando o SEFRAS. A sra. **Eliane** também se apresentou como assistente social, representando a Paróquia Nossa Senhora Achiropita. A sra. **Verônica Brito**, representando a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, expressou seu apoio aos movimentos sociais e destacou a importância da moradia. O sr. **Cleiton Ferreira**, representante do coletivo É de Lei, apresentou o trabalho a favor da estruturação de uma política de redução de danos, também destacou a importância da moradia. Outros representantes também se apresentaram, o sr. **Darcy** e o sr. **Edvaldo**, representando o Movimento

Nacional da População de Rua e o Movimento Nacional de Luta da População de Rua, respectivamente.

A apresentação das/os representantes de governo contou com a presença da equipe da Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua: a assessora técnica, sra. **Maria Luiza Burgareli**; a coordenadora, sra. **Luiza Trotta**; as estagiárias, sras. **Giovanna Carlos** e **Milena Oliveira**. Representando a SMADS: a sra. **Maria Lisabete Santiago**. Representando a Secretaria Municipal de Educação: a sra. **Márcia Matsushita** e o sr. **Cleuber Gonçalves**. Representando a Secretaria Municipal de Subprefeituras: o Sr. **Humberto Gomes**. Representando a secretaria da saúde: as sras. **Fabiana Pires** e **Maria Luiza**.

A assessora técnica, sra. **Maria Luiza Burgareli**, apresentou o relatório de monitoramento anual do Comitê PopRua. O objetivo do documento é apresentar um resumo da atuação do conselho, as maiores conquistas de cada gestão e expor um monitoramento de atividades.

A coleta dos dados foi feita através do monitoramento e tabulação de informações das atas, e da aplicação de um formulário de avaliação e perfil. Sobre este último: foi aplicado cinco vezes, uma vez por ano, exceto em 2020, quando houveram duas aplicações devido à alteração inédita da dinâmica das reuniões para plataforma online, em decorrência da pandemia. As aplicações que eram feitas presencialmente, passaram a ser online a partir do segundo semestre de 2020. Para o relatório apresentado na reunião, optou-se por apresentar uma série histórica comparativa dos formulários de perfil, avaliação e impacto disponibilizados em 2020/1, 2020/2 e 2021.

O relatório em breve estará disponível para acesso geral do público. Aqui em ata serão registrados os principais pontos abordados. Desta forma, o gráfico de renda revelou um aumento percentual da renda dos participantes a partir do momento 2020/2. A hipótese mais forte é a de que, com as reuniões online, menos pessoas em situação de rua, por sua vulnerabilidade, puderam participar das reuniões. Assim sendo, a escolaridade acompanhou a lógica, mesmo com o ligeiro aumento da participação de pessoas com ensino médio completo. A maioria das respostas continuou sendo de pessoas com ensino superior. Também diminuiu-se a presença de pessoas com histórico de rua no segundo momento de 2020, em 2021 registramos um breve aumento desta categoria - espera-se que em 2022, com a volta das reuniões presenciais, este número volte a subir.

Sobre o impacto e satisfação dos participantes do órgão colegiado, foi registrada uma queda significativa do setor de movimento social e da mobilização do comitê ou da sociedade civil, enquanto houve um aumento da presença de representantes de equipamentos, sobretudo da SMADS. Relatou-se um aumento otimista do tempo de participação no Comitê, sendo o maior registro aquele de pessoas que participam do espaço há mais de dois anos, seguido do aumento daqueles que relataram participação entre “6 meses a 1 ano”. Houve queda expressiva dos que relataram “menos de 6 meses”, e uma queda inexpressiva da categoria participação entre “1 ano e 2 anos”.

Em relação à questão sobre se o comitê proporcionou avanço na política pública para a população em situação de rua, a avaliação “Regular” aumentou expressivamente, enquanto a avaliação “Muito” caiu expressivamente. Tanto a avaliação “Totalmente”, quanto a “Pouco” mantiveram-se estáveis em níveis baixos. O gráfico seguinte avaliou a percepção sobre o cumprimento do papel do comitê na representação da população em situação de rua: a avaliação “Muito” caiu mas continuou sendo a maior resposta, o espaço desta avaliação foi substituído pelas avaliações “Regular” e “Totalmente”, respectivamente, de acordo com o aumento dessas respostas. A resposta “Pouco” caiu, mantendo níveis baixos de resposta.

Os dados das reuniões ordinárias e extraordinárias revelaram que em 2021 foram 18 reuniões - contra 25 em 2020, 15 em 2019 e 11 em 2018. No ano passado foram 35 pautas, enquanto em 2020 foram 24 e em 2019, 36. A classificação das pautas mais debatidas foram: “Covid-19”, “assuntos administrativos”, “denúncias”, “óbitos”, “CPD”, “Censo População em situação de rua”, “informações gerais” e “equipamentos da SMADS”. A participação geral dos conselheiros, em porcentagem por categoria, demonstrou que houve participação de 34% dos representantes de governo, 50% dos representantes de organizações sociais e 28,33% de representantes da população em situação de rua. Por fim, deve-se registrar que a representação da população em situação de rua enfrenta a vulnerabilidade e a consequente dificuldade da participação nas reuniões virtuais.

O sr. **Edvaldo** levantou a hipótese da baixa participação de secretarias porque o conselho é muito mais consultivo do que deliberativo. O mesmo, posteriormente, pediu a presença de uma pessoa do “CPD”. Os representantes do CAPS Santana pediram para que no próximo relatório sejam registrados de onde as pessoas vêm, assim, é possível registrar um alcance territorial do Comitê.

Encaminhamentos

1. Reunir ideias e demandas sobre o assunto de segurança alimentar - as sugestões devem ser levantadas pelo e-mail da coordenação - após acúmulo de sugestões, marcar uma reunião do subcomitê de segurança alimentar;
2. Marcar uma data de formação para conselheiros eleitos;
3. Na próxima reunião do pleito dar um informe qualificado sobre o dados do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua - e sobre conselho gestor;
4. Enviar link do painel de direitos humanos no mailing;
5. Para próxima reunião: informe sobre o Projeto Rede Cozinha Cidadã e debates sobre fluxo de denúncias;
6. Realizar convite à representantes do Comitê PopRua para reunião do Comitê de Baixas Temperaturas (Sra. Roseli Kraemer e um representante do Movimento Nacional foram tirados como representantes);